

Comissão inicia trabalhos

Os membros da comissão da dívida externa do Senado serão recebidos, hoje, pelo presidente da República, marcando o início efetivo dos trabalhos do grupo, que tem como objetivo principal, segundo seu presidente, Carlos Chiarelli (PFL-RS) "investigar a composição da dívida, quem a fez, como, quando, por quê, realizar uma avaliação desses dados, e, se for o caso, uma auditoria".

Para Chiarelli, o Legislativo pela primeira vez será parte integrante do processo de negociação da dívida e, nesse sentido, a comissão pretende manter contatos com lideranças políticas dos países credores.

"Vamos procurar os líderes do Partido Republicano dos Estados Unidos, o secretário-geral do Partido Conservador da Inglaterra, representantes políticos japoneses e convidá-los a participar de um seminário, no Brasil, sobre a dívida externa" — disse Chiarelli. Ele informou que a data e os participantes do seminário estarão definidos esta semana, "a partir dos subsídios que vamos colher junto ao presidente da República".

Os membros da comissão, que é formada por cinco senadores do PMDB, dois do PFL, um do PDS e um do PSB, vão pedir ao presidente



Chiarelli presidirá a comissão

um relato detalhado da situação econômica do País, desde os números efetivos da reserva cambial até as necessidades reais de importação e exportação para este ano.

"Precisamos saber que perspectivas temos e qual o projeto brasileiro", comentou Chiarelli, lembrando que a comissão é formada por um poder autônomo e integrada também por opositores.

Ele lembrou, ainda, que é ao Senado que cabe ratificar acordos internacionais realizados pelo Executivo. E espera obter um relato das motivações que levaram o governo a adotar a moratória e dos reflexos sociais e políticos da decisão.

De posse dessas informações, o presidente da comissão acredita que terão condições de fiscalizar a eficácia das negociações externas e da política adotada internamente para solucionar a crise econômica e contribuir, ao máximo, para politizar a questão da dívida, que, no seu entender, é passo fundamental para o equacionamento do problema. A comissão deverá concluir seu trabalho até o início de julho, mas o ato de sua criação permite a prorrogação do prazo por mais 90 dias.